

A PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE: “A INSTRUÇÃO ILLUMINA O ESPIRITO”: INSTRUIR PARA CIVILIZAR (1849 – 1889)

THE PROVINCE OF NORTH PARAHYBA: "INSTRUCTION ILLUMINATES THE SPIRIT" - INSTRUCT TO CIVILIZE (1849 – 1889)

Lays Regina B. M. M. dos Santos¹
Universidade Federal da Paraíba

Mauricéia Ananias²
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O texto apresentou aspectos abordados em uma pesquisa cujo objetivo foi de analisar a escolarização da população pobre da Província da Parahyba do Norte, entre os anos de 1849 e 1889, como parte do processo de institucionalização da instrução pública primária. Os referenciais teóricos e metodológicos utilizados para construir a narrativa buscaram apreender, nos discursos dos presidentes da Província e do diretor geral da instrução, os debates que percebiam a criação e a uniformidade das aulas de primeiras letras como um alimento intelectual que formaria e diminuiria a violência e a ociosidade. Concluímos que a defesa da instrução primária perpassa o ideal de civilização de uma parte da população.

Palavras-chave: Instrução. Civilização. Província da Parahyba do Norte.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o fortalecimento da História da Educação Brasileira trouxe profundas transformações para esse campo. Dentre elas, destaca-se a emergência de diferentes sujeitos históricos analisados no que se refere ao acesso (ou não) à cultura escolar (BARROS; SANTOS, 2012). A historiografia da educação brasileira tem demonstrado um movimento de pesquisa associado aos sujeitos que, por vezes, estiveram à margem das pesquisas até então realizadas. A necessidade de compreender a participação desses sujeitos, até então considerados aliados da escolarização no período imperial – como negros, pobres e mulheres – tem ganhado vozes em pesquisas realizadas por historiadores da educação em diversos estados brasileiros.

Veiga (2008) aponta que, para os estudos do Século XIX, podemos acrescentar a escola pública como um dos espaços de presença das crianças pobres e, particularmente, de produção da identificação do “aluno pobre”. Tal denominação pode ser detectada em diferentes documentos analisados no período.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na linha História da Educação. E-mail: lays.regin@gmail.com

² Professora do Departamento de Habilitações Pedagógicas do Centro de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mauriceia.ananias@gmail.com

O estudo da história da educação, no Século XIX, motiva-nos a adentrar um período de acaloradas discussões acerca da instrução, de sua institucionalização e de tentativa de uniformizá-la, a partir de um modelo educativo que se acreditava seguir as orientações europeias e se difundia tendo como pressuposto as ideias de civilização e de desenvolvimento social. Ao analisar a história da educação paraibana, percebemos que a institucionalização da instrução primária seguiu um debate semelhante ao das discussões que ocorriam em outras províncias durante o Oitocentos.

Neste artigo, discutiremos sobre os aspectos abordados em uma pesquisa em andamento cujo objetivo foi de analisar a escolarização da população pobre na Província da Parahyba do Norte, entre os anos de 1849 e 1889, como parte do processo de institucionalização da instrução pública primária, a partir da defesa da instrução como medida civilizatória de uma parcela da população.

Assim, para esta análise, teremos como referências a orientação teórico-metodológica da história social, que tem como finalidade tratar de diversos aspectos da sociedade, enfocando não apenas as tradicionais dimensões econômicas e políticas, mas também as sociais. Para tanto, considerando as peculiaridades da história da educação paraibana, nosso olhar terá a perspectiva do movimento da “[...] história vista de baixo [...]” (THOMPSON, 2001, p. 185). Para Faria Filho (2010), essa perspectiva analítica se apresenta, ao mesmo tempo, atraente e marcada por grandes dificuldades com as fontes, o que representa desafios e fascínios para os historiadores (FARIA FILHO, 2010).

Motivada pelas ideias do historiador social, Edward P. Thompson, a chamada “história vista de baixo” se configura tanto como uma história produzida pelos “de baixo” quanto analisada sob a perspectiva do movimento de “baixo para cima”. De acordo com Thompson, ao escrever partindo dessa compreensão histórica, o pesquisador pode

[...] interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o *conjunto* de conceitos. Não há altar mais oculto que seja sacrossanto de modo a obstar a indagação e a revisão (THOMPSON, 1981, p. 185, grifos do autor).

Assim, a análise pretende ser coerente com a teoria proposta, pois revisitou documentos há muito analisados com a intenção de construir esta narrativa, não só considerando os discursos e os relatórios dos presidentes da Província da Parahyba do Norte e do diretor geral da instrução, como significativos de falas oficiais que

defendiam a instrução primária como medida de civilização de uma parcela de pessoas, mas também, ousaremos anunciar, considerando as ausências, os sujeitos que eram objetos das discussões. Em uma orientação, a população pobre; em outra, partes do mesmo processo, os professores compunham as preocupações dos gestores, muitas vezes, apresentados como incompetentes e desleixados. Suas intervenções nos mostraram que, além de atuantes, criticavam o que os governos provinciais propunham como ideal de instrução.

Para além da introdução, dividimos o texto em três partes: no primeiro momento, apresentamos o ideal de instrução defendido pelos gestores paraibanos; em seguida, abordamos a defesa realizada da instrução primária e, por fim, apresentamos as considerações finais.

1.1 O Ideal de instrução primária na província da Parahyba do Norte

Ao pesquisar sobre a instrução primária na Província da Parahyba do Norte, buscamos apreender o ideal de instrução pensado e defendido pelos intelectuais e pelos gestores da época. A documentação disponível, em especial, os discursos dos presidentes da Província, demonstrou a instrução como um alimento intelectual e necessário para o aprimoramento do homem: “[...] ninguém há, senhores, que duvide mais da necessidade da instrução e da educação do pòvo, porque todos reconhecem naquella o alimento intellectual do homem, e nesta o aperfeiçoamento de suas faculdades Moraes [...]” (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório... 1867, p. 17).

A instrução era defendida como um bem necessário e profícuo para a sociedade, como observa-se na fala do Presidente Francisco d'Araujo Lima, em 1863:

[...] O cultivo da intelligencia pela difusão de uteis conhecimentos facilitados á todas as classes na proporção de suas necessidades, sendo o meio mais seguro de obtermos esse resultado, é ao mesmo tempo um desideratum digno do vosso empenho, como legisladores e obreiros da prosperidade da provincia (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório... 1863, p. 17).

Era, também, a falta de instrução considerada causa da ociosidade e dos crimes, segundo o presidente da Província, Américo Brasiliense de Almeida e Mello:

Entendo, Senhores, que entre nós Brasileiros são causas principaes dos crimes a ignorancia, levada ao analfabetismo, a – ociosidade –, o patronato –, oriundo do espirito de partido, que desgraçadamente tem invadido todas as classes [...]. Sem a instrução pois que nos distingue e ilumina o espirito pelo conhecimento de nossos direitos e de nossos

deveres; sem a educação que nos enriquece de pensamentos uteis e sentimentos elevados, formando-nos o bom caracter; sem o habito do trabalho, que é o sentinela da virtude, o contra-veneno do vicio, e o instrumento da felicidade, radicando o desejo de paz pelo amor da propriedade; sem a verdadeira sciencia dos preceitos da nossa santa religião, que simples e edificante constitue a filosofia natural do povo, certo que nunca atingiremos ao gráo de segurança individual e de propriedade de que tanto ainda carecemos (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório... 1867, p. 8).

A partir do exposto, podemos afirmar que a instrução pensada e defendida nos debates educacionais indicava uma concepção que perpassava a educação moral, considerada a “primeira necessidade do espírito” e o desenvolvimento de conhecimentos úteis que pudessem contribuir para que a região prosperasse. A defesa se fundamentava num apelo social: sua falta era a causadora dos males da sociedade.

A preocupação, tão demonstrada nos discursos desses homens, pode ser relativizada ao analisarmos tanto a situação de sobrevivência da maioria da população quanto os relatos dos professores sobre as condições de trabalho a que eram submetidos. Ao observar a organização da instrução pública primária, nas fontes utilizadas para desenvolver esta pesquisa, apreendemos que, mesmo na segunda metade do Século XIX, a Província Paraibana ainda não conseguira alcançar a uniformidade do ensino desejada. E as reclamações acerca do andamento daquele que seria o mais importante ramo do serviço público cresciam, indicando as condições insatisfatórias das escolas, bem como do professorado e dos métodos de ensino.

A institucionalização da instrução pública primária na Província da Parahyba do Norte, como em todo o Império brasileiro, tinha como finalidade civilizar a população a partir de um projeto de modernidade que passava pela constituição de um império das leis que considerava o prescrito como forma de organização e de mudanças. A emergência da Nação pode ser significativamente analisada pela mediação da legislação produzida no período.

Assim, a discussão e as leis que proclamaram a obrigatoriedade da instrução apareceram atreladas à sua defesa para a população. O discurso oficial anunciava a instrução da população pobre como uma estratégia para obrigar os pais de família a enviarem seus filhos à escola. Em outros momentos, percebiam os limites dessa obrigação, pois reconheciam que os pobres não tinham meios de frequentar a escola, considerando, inclusive, os materiais e as vestimentas exigidas para frequentar as aulas.

A primeira menção que encontramos nos relatórios dos presidentes da Província sobre esse tema foi no ano de 1855, quando o presidente, Flávio Clementino da Silva

Freire, ao se referir à instrução pública primária, afirmou que ela estava em estado pouco satisfatório, devido à desproporção dos alunos frequentes e à população da Província, propondo medidas para que os pais mandassem seus filhos para a escola:

A adopção de quaesquer medidas que obrigassem todos esses paes a mandar seus filhos cursar as aulas quer publicas quer particulares do ensino primario, e habilitassem os Professores a fornecerem aos meninos pobres os objectos indispensaveis ao exercicio das escolas, como tinta, papel pennas, agua, louzas, livros, etc. removeria por ventura o grande inconveniente da falta de instrucção ainda a mais simples e elementar, que se observa na maior parte da nossa população do centro (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1855, p.11).

De acordo com a citação acima, percebemos que a conotação dada ao discurso do Presidente diz respeito ao que ele acreditava ser obrigação dos pais, e não, da Província, em relação ao provimento de escolas suficientes para a população em idade escolar e materiais necessários para os alunos pobres. Ficaria, nesse caso, o professor responsável por prover o que seria necessário para esses alunos frequentarem a escola.

Inferimos que essa proposta estava, na verdade, atrelada a uma tentativa de justificar o motivo pelo qual a instrução pública não conseguira avançar e alcançar o grau de desenvolvimento tão almejado, levando em consideração o modelo de instrução exportado dos países considerados desenvolvidos na época. E assim, com a proposição da medida, a partir da fala do Presidente, a província não seria mais a responsável pela frequência escolar. Depois de feita essa menção ao ensino obrigatório, no ano de 1855, só na década de 1860, foi que o debate apareceu novamente com mais discussões sobre o tema e carregado de críticas segundo as quais as famílias deveriam obrigar seus filhos a frequentarem as aulas.

Em 1861, ao sugerir mudanças na instrução primária, o diretor geral da instrução, Manoel Porfírio Aranha, defendeu a obrigatoriedade do ensino ao considerar que “[...] o ensino primario deve ser levado mesmo á porta das familias, e que estas directa ou indirectamente devem ser obrigadas a recebê-lo, quando não queirão fazer voluntariamente [...]” (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório do diretor geral da instrução..., 1861, p. 8). O discurso, mais uma vez, defendia a obrigatoriedade da instrução referindo-se ao que seria considerado como uma negligência das famílias, pois, de acordo com o diretor, deveriam ser obrigadas a dar instrução aos filhos mesmo que não quisessem.

Outro diretor a defender a instrução obrigatória, por considerar que os países civilizados já adotavam a medida, foi João Florentino Meira de Vasconcellos, em 1864:

Nos paizes mais adiantados em civilisação, onde a instrucção popular tem adquirido a importancia que merece, o ensino é obrigatorio. Na Prussia impõe-se para esse fim penas severas; como bem—multas, prisões, trabalhos e privações de soccorros publicos. Na Allemanha, e na Hollanda, graças a esses, e a outros meios efficazes, a instrucção se acha tão generalisada, que a ignorancia é considerada pelos habitos do povo como um vicio. É devido á esse systema de ensino obrigatorio que a Dinamarca deve a diffusão geral do ensino primario há mais de meio seculo. As Assembléas Provinciaes são em geral impotentes para decretarem medidas semelhantes: para isso é indispensavel a intervensão dos Poderes Geraes do Estado (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório do diretor geral da instrução..., 1864, p. 13).

As falas indicavam sugestões para o melhoramento da instrução. No entanto, nesses anos, nada apareceu nos relatórios dos presidentes de Província sobre o assunto. Somente no ano de 1866, o Presidente, Felizardo Toscano de Brito, tratou do assunto ao considerar que os poderes públicos deveriam obrigar as famílias a mandarem seus filhos para a escola, mesmo que essas medidas entrassem em conflito com os costumes das famílias pobres que ainda não visualizam a efetividade da ação escolar na vida de seus filhos, como podemos perceber na citação abaixo:

Que a acção dos mesmos poderes públicos possa chegar até o seio das famílias, obrigando-as a que mandem seos filhos receber as luzes da instrucção. Não desconheço os perigos da execução desta providencia e os abusos que se podem dar. Mas para mim tudo é preferível ao facto de ficar a mocidade, sem culpa propria, condemnada á ignorancia e ao embrutecimento (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1866, p. 36).

Diante do exposto, concluímos que a defesa da instrução pública primária feita pelos gestores era que o derramamento das luzes, por meio da instrução, chegasse a toda a população. No entanto, percebemos que o processo para atingir tal objetivo foi lento e gradativo, e foram necessários anos de debates para que a uniformização do ensino tomasse a proporção de uma organização das aulas, dos métodos e da carreira docente.

Na sequência, será apresentada a defesa da instrução como um meio de civilização pensada para alcançar a população pobre.

2 “A INSTRUCÇÃO ILLUMINA O ESPIRITO”: INSTRUIR PARA CIVILIZAR

As ideias de civilização e de modernidade da população apareciam como elementos centrais do debate sobre instrução. A defesa de instruir para civilizar perpassou os discursos na sociedade brasileira oitocentista tendo como referenciais, em especial, os ideais iluministas. O acesso à instrução, nessa visão, garantiria a libertação do povo da ignorância, reconfigurando uma moral pautada no desenvolvimento como forma de progresso social.

Seria pura perda de tempo e trabalho demonstrar-vos a excellencia e a importância da instrução e educação da mocidade com relação aos vites interesses publicos e particulaes. Vós conheceis a influencia immensa que ella exerce nos destinos assim dos indivíduos, como da sociedade; sabeis que ella é a principal fonte, a condição essencial do bem estar, do progresso, da civilisação, de todas as prosperidades (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1871, p. 15).

A ideia de “instruir o povo” para a civilização foi recorrente em outras províncias, como podemos observar na pesquisa sobre a escolarização da população pobre em Campinas. Ananias (2000, p. 86) assevera que

a defesa do tipo de educação proposta pelos membros fundadores das escolas para a população pobre em Campinas era de que fosse para todos, porém, conforme já indicamos, diferenciada. Sua justificação era considerada parte do projeto de modernização da sociedade, anunciado e praticado por eles, que, em última instância, pretendia alçar o Brasil ao rol dos países considerados civilizados.

Na província de Minas Gerais, em seu trabalho dissertativo, Jiezenji (2002, p. 24). afirmou que, depois da independência,

[...] a Constituição do Estado Nacional Brasileiro assumia centralidade nas discussões políticas e no âmbito educativo. Inspirado no ideal iluminista de “difundir as luzes a todas as classes”, acreditava-se que somente através da instrução seria possível atingir os mais elevados estágios da “civilização”, igualando-se às nações mais desenvolvidas.

Veiga (2002) define a ideia de civilização como uma forma de autocontrole sobre a sociedade e afirma que “[...] o modelo de civilização produzido previa a reprodução das formas de comportamento presentes no interior de uma configuração social aristocrático-burguesa, para toda a população, de forma que transformasse as coerções externas em coerções interiorizadas [...]” (VEIGA, 2002, p. 98). Assim, para a autora, a instrução no Século XIX teria esse papel de controlar a sociedade “[...] pela extensão do autocontrole ao conjunto das relações sociais, é também uma extensão do

controle da violência (castigos físicos) sobre as crianças, interferindo no âmbito privado das famílias em geral [...]” (VEIGA, 2002, p. 98).

Para os estudos sobre a Província da Parahyba do Norte, concordamos com Miranda (2009, p. 46), quando definiu a ideia de civilização presente no discurso oficial, ao afirmar que “[...] civilizar por meio da instrução era, portanto, pensar em desenvolver sujeitos aptos a corroborarem a moral pública e cristã, seres cultos, sabedores dos seus direitos e dos seus deveres [...]” (2009, p. 46).

A leitura e a análise dos discursos dos diretores da instrução e dos presidentes de Província levaram-nos a inferir que a ideia de civilização que esses homens defendiam apontava-a como uma etapa da evolução, um melhoramento do homem, que deveria atingir o nível das sociedades europeias. A instrução, para eles, organizada a partir dos métodos de ensino, da disposição das aulas, da frequência dos alunos e da postura dos professores, deveria ser capaz de moldar a sociedade brasileira em direção ao progresso e ao desenvolvimento social.

Nesse debate, percebia-se que parcelas da população eram mais necessitadas em receber as primeiras letras. Pelas origens e pela exclusão dos fóruns considerados privilegiados de cultura, deveriam ser libertadas da ignorância e, a partir daí, colaborar para a construção da Nação.

O diretor geral da instrução, Manoel Porfírio Aranha, afirmou:

A instrução é um poderoso elemento de moralidade, ordem e prosperidade pública, como é uma condição indispensável de perfeição bem estar, e felicidade individual. E por tanto um benefício de tão elevado alcance para a sociedade, não só deve ser largamente derramado por todos os membros d’ella; mas ainda é indispensável que todos eles sejam constringidos a aceitar-o, se por ventura não o fizerem espontaneamente (PARAHYBA DA PARAHYBA, Província. Relatório do diretor da instrução..., 1861, p. 2).

Ao defenderem a instrução da população pobre, tinham como pressupostos um modelo e um ideal de civilização que perpassavam a forma de gerir a sociedade, inclusive, relacionando a miséria e a pobreza às supostas causas da violência urbana.

Com efeito, nota-se, ao menos aqui, que o maior número das vítimas são escolhidas por aquela espécie de delinquentes na classe das pessoas, que por sua pobreza e posição desvalida não dispõem dos necessários recursos para chamar o ofensor á juízo, e fazê-lo punir na forma da lei, sendo que semelhante circunstância, ao passo que acoroçoava o criminoso para a prática do delicto, expunha o ofendido a misérrima posição d’aquella, que, tendo o seu animal como único instrumento de trabalho, o que é aqui comum, via-se reduzido a não

ter meio algum honesto de subsistência (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1860, p. 6).

A partir da defesa da necessidade de instruir um povo ignorante para a civilização, embora os documentos oficiais não sejam claros quanto aos dados sobre as condições sociais dos alunos que frequentaram a incipiente escola pública paraibana, os indícios nos levaram a concluir que ela foi pensada para a população pobre. Assim, o domínio das primeiras letras levaria uma parte da população a conhecer os seus deveres para a vivência em coletivo. O convívio pedia uma garantia da ordem através da promoção de um controle social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar a institucionalização da instrução pública primária, seguindo o movimento iniciado pelas novas pesquisas realizadas no campo da história da educação brasileira, demonstramos a importância de investigar a participação de sujeitos antes considerados excluídos do processo histórico da educação. A intenção principal era de compreender que a população pobre, mesmo com muitos limites e problemas, foi alvo das propostas de escolarização da então Província da Parahyba do Norte.

A análise partiu das falas oficiais encontradas nos relatórios da instrução e dos presidentes de Província e identificou a defesa do ideal de instrução primária que indicava a instrução como uma medida para civilizar a população. A alegação de que a instrução era um alimento moral e uma forma de controlar a ociosidade e os crimes elegeu a população pobre como objeto, por excelência, para o controle e a subordinação às ideias defendidas. Os professores e as famílias foram considerados menos do que sujeitos dessa ação, mas, muitas vezes, empecilhos para que tal feito se concretizasse.

Concluimos que o discurso civilizatório considerava a instrução primária como parte do desenvolvimento e do progresso da sociedade.

ABSTRACT

The text presents aspects covered by an investigation which aims to analyse the schooling of the poor population in the Province of North Parahyba between the years 1849 to 1889 as part of the process of institutionalization of public primary instruction. The theoretical and methodological frameworks used to construct the narrative sought to apprehend in the discourse of the presidents of the Province and director general of education the debates that perceived the establishment and uniformity of the classes of first letters as intellectual food that would form and reduce violence and idleness. We conclude that the defence of basic education pervaded the ideal of civilization of a part of the population.

Keywords: Instruction. Civilization. Province of North Parahyba.

REFERÊNCIAS

ANANIAS, Mauricéia. **As escolas para o povo em Campinas: 1860-1889: Origens, ideário e contexto.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas (SP), 2000.

BARROS, Surya. A. Pombo de, SANTOS, Lays Regina B. de M. M. dos. Estado da Arte da produção sobre História da Educação: o negro como sujeito na História da Educação Brasileira. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2012.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. **O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Tabora de. **Edward P. Thompson: história e formação.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

JINZENJI, Mônica Yumi. **A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em Minas Gerais (1825-1846).** 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2002.

MIRANDA, Itacyara Viana. **Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889).** 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, João Pessoa, 2012.

PARAHYBA DO NORTE. Província. Exposição com que o Exm. Sr. Sinval Odorico de Moura, passou a administração da Província da Parahyba do Norte ao Exm. Sr. Dr. Felisardo Toscano de Brito, em 29 de Julho de 1865. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.o vice-presidente, exm. sr. dr. Felisardo Toscano de Brito, em 3 de agosto de 1866. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1866. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Relatório com que o Exm. Sr. Presidente, Dr. Americo Brasiliense de Almeida e Mello, passou a administração da Província da Parahyba do Norte ao Exm. Sr. Barão de Marau, 2º Vice-presidente, em 22 de Abril de 1867. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 21, p. 90-103, 2002.

_____. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 13, n. 39, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____, Edward. Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** NEGRO, Antônio L.; SILVA, Sérgio (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.